

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXXII

FLORIANÓPOLIS, 6 DE SETEMBRO DE 2023

NÚMERO 8.409

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Edilson Massocco

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes

Liderança dos Partidos

UB PSD
Jair Miotto Napoleão Bernardes
PTB
Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber

Liderança dos Partidos

MDB PSDB
Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁCIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz

Liderança dos Partidos

PT PDT
Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sergio Motta

Liderança dos Partidos

PODEMOS NOVO
Lucas Neves

REPUBLICANOS

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes
Sérgio Guimarães
Ana Campagnolo
Marcius Machado
Tiago Zilli

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Lima
Carlos Humberto
Sérgio Guimarães
Jair Miotto
Pepê Collaço
Sergio Motta

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Lunelli - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Massocco
Oscar Gutz
Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Julio Garcia
Ivan Naatz
Emerson Stein
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Lucas Neves
Luciane Carminatti
Mario Motta
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Lunelli

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Camilo Martins
Luciane Carminatti
Julio Garcia
Oscar Gutz
Nilso Berlanda
**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E DO MERCOSUL**
Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Mario Motta
Carlos Humberto
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Lucas Neves - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Mario Motta
Jair Miotto
Ivan Naatz
Jessé Lopes
Lunelli
Fernando Krelling

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Altair Silva - Presidente
Massocco - Vice-Presidente
Camilo Martins
Neodi Saretta
Napoleão Bernardes
Oscar Gutz
Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Matheus Cadorin - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Carlos Humberto
Marcos Vieira
Pepê Collaço

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Lucas Neves
Julio Garcia
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Oscar Gutz - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Fabiano da Luz
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Marquito

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Mario Motta - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Oscar Gutz
Emerson Stein
Altair Silva

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Sérgio Guimarães - Presidente
Altair Silva - Vice-Presidente
Lucas Neves
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Oscar Gutz
Emerson Stein

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Luciane Carminatti
Sargento Lima
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Mario Motta - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Ana Campagnolo
Ivan Naatz
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mario Motta - Presidente
Tiago Zilli - Vice-Presidente
Sergio Motta
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Oscar Gutz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Lucas Neves
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Massocco
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente
Nilso Berlanda - Vice-Presidente
Sergio Motta
Neodi Saretta
Jair Miotto
Ana Campagnolo
Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente
Jair Miotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Maurício Peixer
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Ivan Naatz
Marquito

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2</p> <p>ATAS.....2</p> <p>SESSÃO PLENÁRIA.....2</p> <p>COMISSÕES PERMANENTES...7</p> <p>PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 19</p> <p>OFÍCIO..... 19</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 20</p> <p>REDAÇÕES FINAIS..... 20</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO.. 21</p> <p>GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 21</p> <p>ATOS DA MESA..... 21</p> <p>PORTARIAS..... 25</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 26</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO..... 26</p> <p>EXTRATOS..... 27</p>
---	---	--

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo – Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves – Lunelli - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta – Marquito – Massocco - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Napoleão Bernardes – Neodi Saretta - Oscar Gutz - Pepê Collaço – Repórter Sérgio Guimarães - Rodrigo Minotto – Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal

Deputado Maurício Eskudlark

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MATHEUS CADORIN (Orador) – Informa sobre a reunião da Frente Parlamentar da Liberdade Econômica, onde se reuniram diversos produtores do Estado, e diz que iniciaram um processo que chamaram de revogação de leis. Fala que, desde o início do ano, encontram-se mais de 100 leis vigentes que atrapalham o empresário, levando mais

custo ao consumidor final. Cita algumas dessas leis que são passíveis de multa, entre elas, uma lei de 2018 que obriga a integração de sistemas de veículos em estacionamentos particulares ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública e do Ministério da Justiça. Lembra de que a lei é de impossível implementação sobre o aspecto financeiro, impondo um ônus excessivo ao empresário.

Discorre sobre as leis que discutiram e entraram no pacote de revogação e fala das que pretendem trazer melhorias. Convida todos os deputados a assinarem e também enviarem sugestões sobre os novos blocos de lei que pretendem melhorar no Estado.

Deputado Marcos da Rosa (Aparteante) – Parabeniza a fala e coloca-se à disposição para assinar o pacote de revogação proposto pelo parlamentar. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER (Orador) – Relata que hoje, pela manhã, houve uma reunião na comissão que trata sobre drogas, onde foi levantada a questão destas pessoas abnegadas, que são voluntárias, realizando um ato de amor e que renunciam a muitas atividades para ajudar o próximo. Acrescenta que participa de comunidades terapêuticas para poder ajudar essas pessoas que vivem às margens da sociedade.

Tece comentários sobre o Município de Guaramirim, sua terra natal, que no dia 28 de agosto completou 74 anos, onde participou de todas as atividades de comemorações. Ressalta que é uma cidade que está em grande desenvolvimento, principalmente na indústria. Parabeniza os organizadores da festa, a VinVeneto, que retornou depois de 11 anos paralisada, em Joinville. Menciona que, por ser uma festa italiana, teve comidas típicas e bom vinho produzido em Santa Catarina, ajudando a divulgação para se tornar um dos melhores do mundo. Afirma que o apoio do Governo estadual e municipal é necessário para preservar a tradição e a cultura. *[Taquígrafa: Eliana]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) – Discorre sobre o caso que repercutiu na mídia a respeito do transplante de coração para o apresentador Faustão. Informa que o Sistema Nacional de Transplantes brasileiro é um importante programa do Ministério da Saúde e explica como funciona os critérios na priorização dos pacientes receptores.

Comenta que no presente ano foram realizados 206 transplantes de coração no país, aumentando em 16% o número de transplantes em relação ao mesmo período do ano anterior. Acrescenta que mais de 65 mil brasileiros estão aguardando um transplante, argumentando a necessidade de haver mais doadores. Destaca a importância do sistema de transplantes e do SUS, acrescentando que os pacientes recebem assistência integral e gratuita, incluindo exames preparatórios, acompanhamento e medicamentos pós transplantes. Informa que Santa Catarina é referência nacional em doação de órgãos, e comenta que foram realizados cinco transplantes de coração entre janeiro e agosto. E anuncia que a Secretaria de Estado da Saúde comunicou que a fila para receber coração foi zerada, consolidando Santa Catarina pela 14ª vez na liderança nacional em doação de órgãos.

Destaca a importância da família em autorizar a doação de órgãos do parente falecido e espera que Santa Catarina continue melhorando o desempenho na doação de órgãos. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: União Brasil

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Orador) – Convida os catarinenses para participarem das eleições dos conselheiros tutelares, que acontecerá em outubro. Chama a atenção para a importância dos munícipes participarem da escolha dos seus novos conselheiros e critica a falta de divulgação da eleição. Observa o relevante papel de um conselheiro tutelar, cuja principal função é zelar pelos direitos da criança e do adolescente. E frisa que os eleitores devem também fiscalizar se este papel está sendo bem feito pelo conselheiro eleito.

Traz à tribuna uma denúncia que recebeu em seu gabinete, que será investigada, sobre um conselheiro que questionou uma criança se o seu pai não permitia que ela fosse homossexual, indagando uma criança sobre um assunto que ela não tem interesse e fazendo apologia a uma prática. Manifesta a sua indignação pela questão e reforça que o papel do conselheiro não é esse, e critica, ainda, alguns grupos que estão fazendo campanha com discurso de defesa das crianças trans. Alerta que os conselheiros devem ter cuidado com essa linha de pensamento e incentiva a população conservadora a participar das eleições para que este tipo de apologia não prevaleça. Reforça a importância de que a população participe de

todo tipo de conselhos locais e estaduais, como os que tratam da educação e saúde, tendo em vista que estes conselhos tem caráter consultivo, mas deliberativo também. *[Taquiografia: Milyane]*

Partido: MDB

DEPUTADO LUNELLI (Orador) - Informa que as notícias para Jaraguá do Sul não são animadoras, que a novela da duplicação do trecho estadualizado da BR-280, entre Jaraguá do Sul e Guaramirim, parece estar longe do fim. Afirma que, conforme o secretário, os pagamentos do Estado estão em dia, ao contrário do que a empresa vem alegando, e que mesmo assim não estão honrando os contratos, os trabalhos não avançam.

Salienta que, como presidente da Comissão de Transportes, deputado estadual e também representante da região, reforça em nome de todos os moradores, entidades e empresários, o pedido de rapidez na duplicação do trecho entre Jaraguá do Sul e Guaramirim. Reitera que não se pode mais esperar e que a demora já é um desrespeito com a população.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Concorda com o colega, frisando que a empresa está enrolando. Alega que está na hora da Secretaria da Infraestrutura dar um basta, fazendo uma nova licitação. *[Taquiografia: Rubia]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0274/2021.

Igualmente, comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei números: 0248/2022 e 0257/2022.

Pedido de Informação n. 0376/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca de uma intervenção na Rodovia SC-410.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

(O sr. Presidente comunica que fará uma inversão de pauta e solicita aos srs. deputados que registrem suas presenças para deliberação das matérias.)

(Pausa)

Pedido de Informação n. 0376/2023, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da uma intervenção na rodovia SC-410.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0377/2023, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca da reforma e ampliação da Escola de Educação Básica Maria da Glória Silva, localizada no município de Içara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0378/2023, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca do número diário de refeições servidas nas Escolas Estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0379/2023, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando à Secretária de Estado da Saúde informações acerca das obras e projetos celebrados pela Pasta.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 1386/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, manifestando apelo à Secretária de Estado da Saúde que empreenda esforços visando aumentar o número de vagas para hemodiálise na região do Alto Vale do Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1387/2023, de autoria do Deputado Tiago Zilli, manifestando apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Henrique Blasi, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que empreenda esforços na implantação de uma nova unidade judiciária na Comarca de Turvo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 1388/2023, de autoria do Deputado Maurício Peixer, manifestando aplauso ao senhor Anderson Andrey da Silva, Capitão da Polícia Militar, por assumir o comando da 3ª Companhia de Polícia Militar do Município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0304/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0310/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0196/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber, que dispõe sobre a proibição dos estabelecimentos comerciais fixarem valor mínimo de compra como condição para o pagamento de despesas com cartão de crédito e débito no Estado de Santa Catarina.

Conta com pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Conta com parecer contrário da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, atendendo aos requerimentos dos autores, retira de pauta os Projetos de Lei números: 0107/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0158/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; e 0343/2022, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0289/2023, de autoria do Deputado Julio Garcia, que concede Título de Cidadã Catarinense para Luciane Bisognin Ceretta.

Conta com pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a matéria os srs. Deputados: Julio Garcia, Napoleão Bernardes, José Milton Scheffer, Massocco, Pepê Collaço e Mário Motta.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O sr. Presidente, Deputado Mauro de Nadal, parabeniza toda a Bancada do Sul pela iniciativa do projeto, que concede o título para Luciane Ceretta. Endossa todas as palavras que foram pronunciadas pelos deputados.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0932/2023, 0934/2023, 0935/2023 e 0936/2023, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 0933/2023, de autoria do Deputado Camilo Martins; 0937/2023 e 0938/2023, de autoria do Deputado Carlos Humberto; 0939/2023 e 0940/2023, de autoria do Deputado Mário Motta.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Rubia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO TIAGO ZILLI (Orador) - Manifesta também aplausos à magnífica Reitora Luciane Ceretta, pelo título, enaltecendo a feliz proposição do Deputado Julio Garcia em homenagem-lá.

Agradece aos deputados pela aprovação por unanimidade da moção, de sua autoria, apelando ao presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador João Henrique Blasi, para a implantação de mais uma Vara em Turvo. Informa que já foi aberto o processo administrativo em 10 de março de 2023.

Enaltece a rapidez com que a defesa civil atendeu aos municípios do Sul que foram atingidos por um temporal de granizo na noite do dia 23. Acrescenta que Balneário Gaiivota recebeu 25 mil telhas; São João do Sul, 13 mil; e Sombrio, quase 4 mil. Finaliza agradecendo ao Governo do Estado e à defesa civil *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Rubia]

COMISSÕES PERMANENTES**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

No dia 20 de junho de 2023, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jessé Lopes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Sargento Lima, Deputado Pepê Collaço e Deputado Tiago Zilli, com a justificativa de ausência da Deputada Luciane Carminatti, conforme Ofício Interno N° 388/2023/. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 3ª Reunião Ordinária da Comissão cumprimentando os presentes. Conforme Requerimento aprovado por esta Comissão de autoria do Deputado Jessé Lopes, participou da reunião o senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Coronel Aurélio José Pelozato da Rosa. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Matheus Cadorin para relatoria do PL./0019/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que Dispõe sobre sanções a serem aplicadas a empresas do setor de segurança privada que originem chamada telefônica para serviços de segurança pública, quando a ocorrência relatada não for confirmada pelo agente público acionado, ou que não disponibilizem preposto no local para atendimento técnico/operacional, para o qual requereu diligência, que posta em discussão foi aprovada por unanimidade. Após a votação do requerimento, o Senhor Presidente deu início à discussão sobre a viabilidade de um programa de segurança estrutural voltado às unidades escolares do Estado de Santa Catarina, com a participação do senhor Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Aurélio José Pelozato da Rosa, convidado a comparecer a esta reunião através do RQS 1332/2023, de autoria do senhor Deputado Jessé Lopes e aprovado por esta Comissão, transcrita na íntegra a seguir:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Bom dia a todos.

Conforme Requerimento RQS 1332/2023, de minha autoria, e aprovado por esta Comissão de Segurança Pública, faremos a discussão sobre a viabilidade de um programa de segurança estrutural voltado às unidades escolares do Estado de Santa Catarina, com a participação do excelentíssimo Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Aurélio José Pelozato da Rosa, convidado a comparecer a esta reunião em função do nosso requerimento.

Então, Comandante, passo a palavra ao senhor para que possa fazer as suas considerações.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Caro Deputado Jessé Lopes, Presidente desta Comissão; Deputado Napoleão, Vice-Presidente; senhores Deputados Matheus Cadorin, Sargento Lima, Pepê Collaço e Tiago Zilli, obrigado pelo convite. Senhoras e senhores, bom dia.

É muito importante a participação da Polícia Militar aqui nesta Comissão, poder vir aqui falar um pouco da nossa instituição, do trabalho que vem sendo feito. Deputado Jessé, a ideia era passar rapidamente algumas informações sobre a Polícia Militar, aproveitar este momento e apresentar a nossa corporação, falando um pouco do planejamento estratégico da corporação para os próximos dez anos, que envolve o que está sendo tratado aqui e muitos outros assuntos – ontem tratávamos com a Comissão de Combate às Drogas, aqui ao lado –, assim como falar um pouco também do trabalho que está sendo feito nas escolas, desde o trágico evento acontecido em Blumenau.

Eu gostaria de seguir esse roteiro, eu vou ser rápido, vou acelerar a fala para poder cumprir nossa missão, entendendo que daí fica completo o trabalho de hoje.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Bom, senhoras e senhores, nós somos a Polícia Militar de Santa Catarina e o nosso lema é preservar a ordem e proteger a vida. Os nossos objetivos, e trabalhamos diariamente nesse sentido, é para obter legitimidade, ser efetiva nos resultados, prestar serviços de excelência, ser confiável nas crises e promover e garantir direitos.

Falamos recentemente de uma crise havida em Blumenau, anteriormente em Seara, e como eu disse, nós existimos para proteger. E aqui, Deputado Jessé, é importante citar que nós já fizemos uma mudança, Deputado Sargento Lima, na nossa missão. Nós já estamos abandonando a expressão “sensação de segurança” e “percepção de segurança”. Ausência de medo. Quando a gente perguntou para as pessoas: você tem medo de ir num shopping em Florianópolis? Você tem medo de caminhar na beira-mar? Você tem medo de vir na Alesc? A resposta foi não. Isso se mede. Percepção... se perguntarmos

aqui, a nossa percepção de estresse vai variar, de todos nós. Então percepção, sensação, é difícil de medir. E nós avançamos nessa missão, dizendo que nós queremos, sim, que o risco real, o sentimento do crime, a violência e a desordem, seja aceito na sociedade buscando a paz social. E como eu disse, fazemos isso buscando legitimidade, eficiência, excelência, etc.

Nós trabalhamos em três dimensões estratégicas: processos internos, capital humano e organizacional; e finanças. E em dimensões operacionais, que são de extrema importância, pois é aqui que surge a nossa polícia de proximidade, a polícia pró-ativa, de pronta resposta, que age sobre as causas e estabelecemos parceria, e aqui está um exemplo (aponta para a imagem). Nós trabalhamos todo o nosso planejamento baseado na nossa cadeia de valor da Polícia Militar, nós também vamos falar rapidamente o que é isso.

O nosso planejamento estratégico. Quando nós apresentamos a Polícia Militar é muito mais completo, senhoras e senhores. O General esteve lá fazendo uma visita técnica dias atrás e nós ficamos 1h30min falando com ele – e aqui foi um resumo bem resumido mesmo.

O plano estratégico da corporação para os próximos dez anos. Nós observamos a Metodologia 360, são princípios de liderança e de gestão modernos e usados pelo mundo afora.

Como foi a composição? Qual foi a metodologia e o método? Nós usamos um modelo chamado Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista, a Universidade Federal tem um laboratório, senhores Deputados, nós usamos no planejamento olímpico esse modelo aqui, então eu vou comentar um pouco sobre planejamento olímpico e Santa Catarina tem uma participação direta. Na figura ao centro (aponta para a imagem) está a nossa cadeia de valor, tudo que é azul se resume em atividades operacionais, as missões da Polícia Militar, então ali tem policiamento ostensivo a pé, tem cavalaria, tem moto, tem aviação, tem missões da ONU, tem Defesa Civil, sim, pois nós somos a tropa de rápida resposta da Defesa Civil. Nós temos a possibilidade de em 12 horas mobilizar 5.772 Policiais Militares. Nós estivemos na enchente de Tubarão, nas grandes enchentes de 1980, nós estivemos na tragédia do Morro do Baú, estivemos o Furacão Catarina, no Ciclone Bomba, então nós somos essa força de mobilização da Defesa Civil.

Comentei do feedback 360, a gente faz isso diariamente, todo o planejamento da corporação é realizado periodicamente. Alinhamos o planejamento estratégico com o Sistema Único de Segurança Pública Federal, acima dele a Constituição Federal, nossa Lei Maior, e o Plano Estadual de Segurança. Trazemos da Universidade Federal a teoria de sistemas, uma visão sistêmica e interações. A Polícia Militar sozinha não resolve esse problema da ordem pública, que a gente vai falar bastante aqui.

Nós nos inspiramos no modelo de planejamento baseado em capacidade das Forças Armadas, que é um modelo muito moderno e nós vamos falar um pouquinho de dissuasão, que envolve esta Assembleia Legislativa aqui.

E, por fim, senhoras e senhores, o que trouxemos de inovação para Santa Catarina? Numa experiência de curso na Escola Superior de Guerra – a ESG, no Rio de Janeiro, é considerada a melhor escola da América Latina de (ininteligível) de política estratégica, assessoria e alto nível, nós trouxemos o método de planejamento da Escola Superior de Guerra. E essa é a grande inovação em Santa Catarina, nós somos a única corporação do Brasil que trabalha o planejamento estratégico baseado no que chama os Fundamentos do Poder Nacional, que são conceitos estruturantes, inovadores e transformadores. Então um país, quando é planejado, se baseia nas chamadas expressões do poder nacional: política, econômica, militar, psicossocial e científico-tecnológica. O que nós fizemos? Nós pegamos a expressão do poder nacional militar e transformamos aqui para Santa Catarina em ordem pública, para aplicar aqui.

Temos política em Santa Catarina? Perfeito. Temos economia, psicossocial, saúde, educação e científico-tecnológico... Nós somos um dos Estados mais desenvolvidos em termos de tecnologia.

Para trazer para o Estado, se fosse só a expressão militar, seria Polícia Militar e Bombeiros, militares estaduais. Então nós incluímos aqui a Polícia Civil, a Polícia Científica, a Polícia Penal e a Defesa Civil no conceito de ordem pública, que nós vamos explorar agora mesmo.

Senhores, é uma parte um pouco teórica, mas nós vamos passar rápido.

Resgate histórico. Em 1530 Dom João III chamou Dom Martins e disse o seguinte: vá lá no Largo do Catete, está meio bagunçado por lá, e faça a ordem pública. Dom João não chamou o Martins e disse: vá lá fazer segurança pública. Quando nós analisamos o conceito e o contexto da ordem pública, ele é muito mais amplo, e desde a Constituição de 1988 que a missão da Polícia Militar passa a ser preservação da ordem pública. *[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar]*

Senhoras e senhores, a missão da Polícia Militar nunca foi preservação da segurança pública, isso é restrito. Ordem pública é composta de três pilares: tranquilidade pública, salubridade pública e segurança pública. Nós vamos falar daqui a pouquinho da escola de Blumenau e em cinco minutos a questão de segurança pública foi resolvida lá, o criminoso foi preso em cinco minutos, mas nós estamos até hoje trabalhando para restabelecer a tranquilidade, pois os pais, no Estado, naquele dia foram buscar os filhos nas escolas, então houve quebra da tranquilidade.

Nós não encontramos nenhum conceito que defina a polícia que diga que é a instituição do Estado voltada a assegurar a segurança pública, mas a ordem pública. Então nós temos trabalhado nesse conceito desde 1988. A Constituição de 1967 dizia que a missão da Polícia Militar era a manutenção da ordem pública. A Constituinte de 1988, numa visão futurística, disse o seguinte: não, manutenção do jeito que está não está bom, nós vamos mudar para preservação da ordem pública e mais, senhoras e senhores, algo que pouco se fala, incolumidade das pessoas e do patrimônio. Isso não é falado no Brasil e é muito além da simples preservação da segurança pública.

Nessa amplitude, lá em Brasília propusemos uma mudança no artigo 144, da Constituição. O pessoal falou para nós lá, Deputado, que o pessoal de Santa Catarina é metido. Não! Nós estudamos há muito tempo isso e propusemos que o artigo 144, da Constituição, fosse modificado para aquilo que está pontilhado ali (aponta para a imagem), não é segurança pública que é o bem maior, é a ordem pública; segurança pública, senhores e senhoras, é um terço só, é 30% do texto da Constituição. Imaginem que as senhoras e os senhores têm uma indústria que tem três linhas de montagem e trabalha só segurança pública; está jogando fora 75% da riqueza e do bem do valor da sua indústria. E aí nós avançamos nesse raciocínio dizendo que, historicamente, temos feito isso, a carroça da segurança pública puxando a ordem pública. E eu gosto dessa relação.

Na bandeira do Brasil está escrito que é ordem e progresso e não segurança e progresso. O Exército, quando vai para a rua, ele vai fazer a garantia da lei e da ordem e não a garantia da lei e da segurança pública. Quando a gente vai para o âmbito global, os senhores e as senhoras já ouviram falar da nova segurança mundial? Não, né? Não existe. É a nova ordem mundial. É muito amplo o conceito e aí a gente trabalha intensamente em Santa Catarina esse conceito de ordem pública.

Como mostra essa projeção aqui (aponta para a imagem), aquela teoria das janelas quebradas desenvolvida para Escola de Chicago e que foi usada por Giuliani em Nova Iorque, e que transformou Nova Iorque de uma cidade depredada para uma das mais seguras do planeta... E é mentira, viu, Montenegro não disse que segurança gera insegurança, ele disse que desordem gera desordem. Ou seja, um ambiente degradado e depredado representa a violenta quebra da ordem pública, certo? Então vai muito além.

No exemplo que eu dei de Blumenau, senhoras e senhores, a segurança pública tutela a tranquilidade. Prender o criminoso não foi suficiente. Nós temos Proerd, nós temos rede de segurança escolar, nós temos a nossa Ronda, a própria Polícia Ambiental, a Rodoviária, todos trabalham, agora tem o CTISP Escola, nós temos câmeras, e tudo isso para restabelecer a tranquilidade nas escolas.

Então, naquele conceito de percepção e sensação que nós estamos abandonando, senhores, nós estamos falando de sentimento. A visão do monumento pichado é quebra da ordem pública, o cheiro de urina nas ruas é quebra da ordem pública, o som alto que perturba, é quebra da ordem pública, aqui não é uma foto feia, não (aponta para a imagem), é uma rua escura, passar em uma rua escura de madrugada, gera medo. O alimento estragado... Oh, Copom, aciona a Vigilância Sanitária que eu já fechei um restaurante vendendo comida estragada, sim, a Polícia administrativa, a Polícia Militar tem esse poder. E aquele buraco na rua (aponta para a imagem), que eu gosto de dar como exemplo. A viatura que desvia daquele buraco na rua tem que fazer um contato com o Copom para que a autoridade local conserte aquele buraco, aquilo ali é incolumidade das pessoas e do patrimônio, pode danificar um veículo, pode furar o pneu do seu carro, o seu patrimônio pode ter prejuízo, pode capotar um veículo e uma pessoa morrer.

Então, aquele exemplo do buraco da via pública a gente gosta de destacar para dizer que, então, ordem pública é tato, olfato, audição, visão e gustação. A gente sente, não é sensação nem percepção.

Senhores, ordem pública é virtuosa, educativa, inclusiva, participativa, solidária, sim, e é voluntária. Segurança pública... e não está errada, eu não disse até agora que segurança pública está errada, é parcial, ela aparta, ela aprende, e deve existir, sim, porque há pessoas que não têm esse civilismo suficiente para uma vida em sociedade, mas ela é compulsória e coercitiva, é o uso da força do Estado, que se dizia antigamente como uso da violência.

Nós mudamos esse conceito também, o Estado usa força, né? Então não está errado segurança pública? Não, mas é parcial, são 30% do poder constitucional.

Por que falar de Jogos Olímpicos aqui na Alesc? Senhores, o planejamento olímpico começa com a equipe de Santa Catarina e nós tivemos a oportunidade de prosseguir. Os Jogos Olímpicos são considerados a maior operação de logística desde a Segunda Guerra Mundial, desde o desembarque na Normandia, ainda é título do Brasil, porque no Japão foi menor pela Covid, então nós planejamos o maior evento de logística do planeta, e é considerado o maior evento esportivo do planeta. O que faz nos Jogos Olímpicos? Faz segurança de pessoas, de entrada, operação aeroporto, bag-bag que chama, raio-x, segurança das instalações, sensíveis, segurança de público e esporte. Tudo o que a PM de Santa Catarina faz no dia a dia, hoje, aqui, foi feito lá.

Aqui tem uma fala de um especialista, ele é um mossad, que é consultor de segurança dos Jogos Olímpicos, que diz que se esse planejamento for executado, é o melhor que eu participei dos últimos seis jogos. Ele está falando de Londres, China, Pequim/Beijing e Austrália, e nós trouxemos esse planejamento para Santa Catarina. Se algo que é dito por autoridades internacionais que é de excelência, por que não aplicar aqui? Não é verdade? Então é um caso de sucesso aqui.

Máxima da gestão do conhecimento que nós trouxemos da Universidade Federal para dentro dos nossos quartéis – a nossa equipe trabalha assim, nos dê a informação correta, no momento certo, sem que seja solicitado. Então o pessoal traz o problema e soluções também.

O modelo de planejamento da corporação tem esse conceito: organiza, evolui e inova a corporação. Não adianta querer inovar algo que não está organizado, então a gente está com uma reengenharia interna, Deputado Sargento Lima, para reorganizar os nossos processos administrativos.

Hoje, Deputado Jessé, o Secretário da Administração, Edgar, usa a Polícia Militar como referência. Nós somos a instituição que mais tem organizado hoje projetos e processos; quando ele apresenta o gráfico, os nossos processos são muito bem organizados e talvez isso represente... talvez, não, eu tenho certeza, represente a eficiência lá na prática, com o profissional na rua. *[Transcrição: Jenifer Girardi]*

Vamos para a escola agora então, né? Nós trouxemos um conceito novo para Santa Catarina depois de Blumenau: terrorismo domésticos com múltiplas vítimas. Aquilo que o americano chama de atirador ativo e que em Saudades não foi arma de fogo e que Blumenau foi uma machadinha e uma faca, nós adaptamos e chamamos de terrorismo doméstico com múltiplas vítimas. Agora vem uma explicação. A Olimpíada só saiu no Brasil porque o Comitê Olímpico disse o seguinte: vocês querem fazer Olimpíada aqui? Queremos, nós dissemos a eles. Então vocês têm que criar uma lei de terrorismo. E em 16 de março de 2016 a nossa lei antiterrorismo é aprovada.

Esse é um conceito adotado por vários países e nós trouxemos a definição do FBI, da Fema e da Polícia Militar (aponta para a imagem). O que é uma ocorrência de terrorismo doméstico com múltiplas vítimas? É aquela de Blumenau, é aquela de Saudades, onde um criminoso acessa um local, que pode ser como este, com o objetivo de ferir e matar pessoas.

Temos um procedimento padrão de resposta para aquela ocorrência? Senhoras e senhores, a ocorrência de Blumenau a ligação foi às 8h56min, às 8h58min tinha uma viatura empenhada; às 9h01min, em 5 minutos, nós estávamos atendendo a ocorrência. Nós não vimos por jornal, nós estávamos no local, coincidência, falando disso aqui naquele dia, nós socorremos crianças agonizando no chão, nós socorremos pais e mães que tinham o olhar de terror; professores e servidores, que quando falavam conosco diziam que era uma cena de terror, sim. Por isso esse conceito de terrorismo doméstico com múltiplas vítimas. E por onde nós passamos, Deputado, nós estivemos na Comissão de Segurança do Senado e nos deram a oportunidade de falar, as pessoas não têm nos questionado, porque é um processo educativo que já se faz há trinta anos nos Estados Unidos. A criança, na escola, sabe o que fazer se tiver um incêndio na escola, evacuação. Sabe o que fazer, protocolo “Fugir, Esconder ou Lutar”, sobre o qual vamos falar em seguida.

Aqui (aponta para o gráfico) alguns números de acontecimentos nos Estados Unidos. Eventos que aconteceram lá e que se repetem, eu queria chamar a atenção dos senhores e das senhoras quanto ao horário que aconteceu esse evento (mostra imagem), às 11h20min, o de Blumenau a ligação foi às 8h56min para o Copom, um pouquinho antes.

Aqui são números do Brasil (aponta para o gráfico). Então já temos vários incidentes, 87 mortos no Brasil. Aqui a distribuição, não é só escola, mas são ambientes comerciais, de governo, transporte coletivo. Aqui, senhores e

senhoras, de novo chamando a atenção, é Realengo, no Rio de Janeiro, 8h30min, foram 3 mortos e 22 feridos. Em Suzano, às 9h30min, com 10 mortos e 11 feridos, era ama de fogo, tinha até uma besta, aqui; em Saudades, às 10h, com 5 morto e 2 feridos; e Blumenau, às 8h55min, com 4 mortos e 4 feridos. Nós estamos chamando a atenção para o horário, senhores e senhoras, porque recebemos muita cobrança da população dizendo o seguinte: aquele policial que ficava na porta da escola, na entrada da escola, não tem aparecido mais. Percebam que... e nós estudamos pelo planeta, esse ataque não acontece no momento da entrada e da saída dos alunos. Pode acontecer? Pode, mas no momento em que os pais estão deixando os alunos, causa temor ao agressor, ele não sabe se estou armado, e eu estou, se os senhores estão armados ou não.

Em Blumenau ele passou por duas outras escolas antes e atacou a terceira, nas outras tinha momento de paz. Sim, nós estamos dando atenção na entrada, mas o nosso CTISP Escola pretende cobrir aquele horário de intervalo, no qual os pais e as mães já foram embora. O ataque pode acontecer? Pode, mas os casos não demonstram isso.

O efeito imitador, que tem sido comum hoje em dia, ele vê e quer repetir, alguns consideram até uma idolatria, né, por aquele criminoso. É uma coisa absurda de se falar aqui.

E aqui fala de mais alguns casos acontecidos pelo Brasil (aponta para a imagem).

Aqui um perfil (mostra imagem): normalmente homem, adolescente ou adulto, é isolado, tem ataques psicóticos, é mentalmente perturbado, sofreu bullying na infância, tem que ser investigado, joga jogos violentos, tem comportamento agressivo e há uma atuação de vingança ou desprezo.

Aconteceu aqui no Paraná agora um ataque, e temos levantado isso, foi passional, mas foi na escola, então foi um ataque na escola. Por que escolher um ambiente escolar? Mas havia um sentimento de agressão.

Nós temos trabalhado isso bastante, Deputados, com os pais e com os professores. Nós fechamos hoje mais de 48 mil professores e servidores treinados no protocolo “Fugir, Esconder ou Lutar”, sobre o qual vamos falar daqui a pouco, temos mais de 35 mil alunos treinados – o aluno tem que saber como reagir àquilo, quer dizer, se o som do tiro vem nessa direção, eu vou correr para o outro lado –, e nós temos mais de 3.500 mil policiais treinados também em Santa Catarina. Inclusive enviamos dois policiais ao Ceará, que treinaram 80 policiais, então outros Estados pedem a nossa ajuda e estamos lá difundindo também.

E aos pais temos dito: prestem atenção no seu filho, olhem a mochila dele, que nos ajude nesse processo.

O protocolo “Fugir, Esconder ou Lutar”, senhores e senhoras, nós entendemos que é o grande trabalho educativo que está sendo feito. Nós estamos indo para as escolas, com os professores, a nossa Secretária-Adjunta Patrícia participou desse treinamento, ela fala da diferença que era do antes e do depois.

Então o protocolo prevê três ações básicas: o primeiro de fugir. Como fazer isso numa escola, num ambiente como esse, qual a rota de fuga eu vou usar aqui se alguém entrar por essa porta nos atacando agora. Então, o primeiro deles é: preserve a sua vida. Vem da Psicologia, não é invenção nossa, frente ao perigo, o indivíduo homem luta ou foge, então luta ou fuga. Então a primeira orientação é fugir, e como fazer isso? Temos ido às escolas tratar disso. Então estabelecemos treinamento, rota fuga, quais alternativas existem.

Porém, senhores Deputado, nós nos deparamos com um chamado desenho urbano que nos é ruim. Como evacuar uma criança da escola se aquela janela tem grades? (Aponta para a imagem.) Então estamos indo pelo Estado todo e vou dar um exemplo, o Prefeito de Joinville hoje faz contato assim: Comandante, eu estou mandando derrubar os muros das escolas. Blumenau tinha um muro alto. Vamos ver aqui um vídeo de um minuto, bem rápido, mostrando que quando esse criminoso pulou o muro, senhoras e senhores, nove segundos depois uma viatura nossa passou na frente. Por que essa viatura não parou para atender a ocorrência? Era um muro e um muro protege criminosos hoje e não pessoas de bem. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Siomara G. Videira]*

Os senhores e as senhoras, quando saírem daqui, vou fazer uma provocação, observem os condomínios no entorno do seu caminho para casa, como é o cercamento deles? É de vidro ou são grades. A iniciativa privada copiou o nosso modelo de segurança, a viatura passa e enxerga.

Aqui tem mais um exemplo (aponta para a imagem) de quatro mortes e doze feridos numa escola em Aracruz, na qual houve dificuldade de evacuação, obstáculos impediam a fuga dos alunos. Então estamos falando aqui de evacuação, e não é só para ataque, é para incêndio, o bombeiro tem ajudado nesse processo educativo também.

Aqui nós temos dois exemplos (aponta para a imagem), Realengo, onde teve dificuldade na evacuação por conta de cercas e grades, e Suzano, podem ver um espaço aberto onde foi facilitada a evacuação dos alunos.

Esconder. Se houver um ataque aqui, onde nós podemos nos esconder e nos proteger de um criminoso? Uma professora do interior disse: Comandante, o senhor está falando de fechar a porta. Mas aquela porta tem que ser resistente para não ser arrombada. Então está aí um recurso bom, fecha a sala. E como que essa porta só vai abrir por dentro? Também é um recurso simples, fechei a porta, a porta é segura e ninguém vai invadir aquela sala. Mas então onde esconder? Não adianta entrar embaixo da mesa, tem alguma sala, algum anteparo que a gente possa usar na escola? A gente tem usado a mobília, aquele armário de metal (aponta para a imagem) pode ser um bom local para se esconder, ali é uma porta metálica também. Então tem dois exemplos aqui que dão segurança, não é verdade?

Dá para perceber ali no canto, em cima (aponta para a imagem), fizeram uma barricada na porta da escola com cadeiras e mesas, e uma professora me falou que não tinha pensado nisso. Faz uma barricada com mesa e cadeiras na porta para esse agressor não entrar. Percebam ali na imagem, zero mortos e um ferido nessa escola. São simples soluções e que o professor nos ajuda. Quem está dentro da sala de aula não é o policial, é impossível isso, é o professor que vai pegar os alunos e colocar uma barricada ali. Então nós temos esse exemplo aqui em que saiu um ferido, que foi um servidor, que conteve lá em Vitória esse criminoso. Mas são zero mortos, bem simples fazer uma barricada.

E lutar. Bom, mas agora nós vamos ensinar os professores e os servidores a lutar? Olha só, é a vida que está em jogo. Eu sei que uma mãe, para defender um filho - quem tem filhos, sabe, uma mãe vira bicho, não vira? -, vai colocar a sua vida para defender o seu filho. Em Blumenau, quando houve aquele ataque, os servidores e os professores se organizaram, assustaram e ele fugiu do local. Então quem está no local tem que ter algum recurso. Nós não vamos ensinar professor e servidor a lutar, a ter defesa pessoal e essa coisa toda. Mas você vai deitar no chão, ficar em posição fetal e ser executado? É isso? Ou vai defender a sua própria vida? Lembra da Psicologia, luta ou fuga? Nós temos trabalhado isso com os professores, o que fazer. O que podemos usar nessa sala de aula (aponta para a imagem) como armas de defesa? Aquele extintor de incêndio pode ser? Pode. Eu disse para uma professora que uma caneta lá no Krav Magá é usada como defesa. Caneta não é um instrumento para agredir alguém, mas é para defesa. Então, se eu não tenho nada, pode ser uma caneta ou um lápis? Pode. Nós estamos dando um último recurso de sobrevivência para uma pessoa.

Então, senhoras e senhores, reforçando, esse protocolo é usado há 30 anos nos Estados Unidos, então nós estamos 30 anos atrasados, e Santa Catarina está com 48 mil professores e servidores adiantados, hoje, em relação ao Brasil.

Lembra desse ataque em São Paulo (mostra imagem)? Chegou um momento que uma pessoa que estava no cinema vendo o filme, pensou: espera aí, eu vou fazer alguma coisa porque eu sou o próximo. E imobilizou o criminoso depois de matar quatro pessoas e ferir três. Então é um exemplo que qualquer um de nós, para sobreviver, pode fazer.

A gente está falando um pouco do estresse, da Psicologia, dos efeitos psicofisiológicos que acontecem, entre aspas, tem gente que fala até em voar, tem pessoas que falam em situações críticas... Parecia que eu estava voando. Sim, a força extrema, tudo isso a Psicologia e a fisiologia explicam.

Existem métodos em etapas, isso é treinamento que fazemos na prática, então vou avançar nesse sentido aqui. Fala da importância... Vai estar disponível essa apresentação, é pública, nós a temos usado pelo Estado todo.

Aqui (aponta para a imagem) nós listamos quatorze ameaças à vida em Santa Catarina. Escreveu no banheiro, escreveu na classe? Professor, que nos informe. Isso é importante. Um recado que foi achado no chão, uma mensagem no celular, isso é de extrema importância.

E os níveis de treinamento. Nós estamos nas escolas agora no nível palestra de orientação. Pessoal, nós temos dito para os Prefeitos e para os Vereadores o seguinte: o que o Prefeito e o Vereador, a autoridade local, pode ajudar nesse sentido? Nós trabalhamos naquilo que falamos aqui, o desenho urbano, alguns chamam arquitetura do crime, nós preferimos chamar de arquitetura de prevenção do crime. O que no Código de Postura pode ser feito? É aquela escola com muro, aquela grade na escola... então lá no Município temos trabalhado e temos tido resultados bem interessantes de mudanças importantes.

Isso aqui também, pessoal (aponta para a imagem), nós estamos trabalhando nas escolas um plano de emergência, porque as escolas não têm. Então estamos escrevendo com professores, com servidores, um plano de ação emergencial dizendo,

olha só, pode ser para incêndio, se precisar evacuar, como é que faz? Nos Estados Unidos temos exemplos práticos, inclusive presenciais, em que a criança faz aqueles jogos de brincadeiras. A criança brinca de esconde-esconde com o professor, você pega uma criança pequenina lá na escola e ela fala assim: não, estou brincando de esconder do homem mal. Tem que vir esse processo educativo para cá, senão nós não vamos evoluir.

Pessoal, esses aqui são números recentes, nós trouxemos hoje da Escola Mais Segura alguns números que eu falei aqui. Como eu disse, a cada dia esse número aumenta. São 55 mil alunos, 56 mil professores, servidores já treinados, 4.500 policiais, a Polícia Militar já fez nas escolas, desde o ocorrido em Blumenau, 29 mil operações; são armas brancas apreendidas, são abordagens, pessoas presas, então esses números avançam a cada dia. Disseram-me o seguinte: até as universidades estão sendo visitadas, quase 700. Sim, lá também tem alunos. *[Transcrição e Revisão: Grazielle da Silva]* Deputado, agora tem um vídeo rápido, de um minuto, de Blumenau, vamos ver se ele vai rodar.

Esse vídeo é de uma câmera externa que mostra o momento em Blumenau, quando o criminoso para com a motocicleta, logo em seguida ele movimentava a motocicleta para próximo ao muro, uma pessoa está passando nesse momento pela rua – a gente achava que estava envolvido, que ia fazer uma segurança de área, no local –, ela volta no momento que esse criminoso pula o muro e ela não faz nada. Em nove segundos uma viatura passa na frente, essa guarnição voltou e, muito frustrada, viu, Deputado Sargento Lima, triste, disseram: Comandante, a gente passou aqui nove segundos, como é que a gente ia ver se tinha um muro grande?

(Procede à apresentação do vídeo do fato ocorrido em Blumenau e o Comandante faz a descrição.)

Nós temos outro vídeo para passar também, para fazer um comparativo do que acontece nos Estados Unidos.

(Procede à apresentação do vídeo de um ataque a uma igreja ocorrido nos Estados Unidos e o Comandante faz a descrição.)

Portanto, se nós tivéssemos um policial dentro daquele colégio, naquele momento, talvez em cinco segundos ele impedisse um número maior de vítimas.

Então, sim, alguém de bem e armado aqui é uma solução técnica e legal. Legítima defesa de terceiros, isso aqui está no Código. Por fim, senhor Deputado, para encerrar a minha manifestação, nós queremos passar um vídeo rápido de um minuto, que é do trabalho educativo que nós estamos fazendo e já está em todo o Brasil.

(Procede à apresentação do vídeo institucional mostrando o trabalho educativo que é desenvolvido.)

Bom, senhoras e senhores, esse é um composto. Nós temos a Rede de Segurança Escolar; nós temos o Proerd, estávamos aqui ontem; a Rede de Vizinhos, nós falamos para os vizinhos, na circunvizinhança, que de vez em quando olhem para a escola, que nos ajudem a cuidar da escola.

Nós tivemos em Blumenau, dias depois, uma empresa que parou o seu trabalho e voluntários foram para a escola para erguer um muro. Hoje a vizinhança não enxerga mais dentro da escola, porque o muro está mais alto. Então é o contrário, nós temos feito essa provocação, na análise do desenho urbano nós queremos circular com a viatura, Deputado Jessé, como nos Estados Unidos, que não têm muros, e ver os quatro lados da sua casa. Se a sua casa, Deputado, estiver com a janela aberta, o policial já vai parar e tocar a campainha para avisar que a janela está aberta e alguém pode invadir. Isso é polícia primitiva, é polícia ostensiva, é a nossa missão.

Por fim, nós queremos pedir uma ajuda da Assembleia Legislativa. Nós temos um programa chamado PMSC Cidadão, o qual nós vamos mudar até o nome agora, nós vamos chamar 190 PMSC Cidadão, e ele tem tudo o que está aqui na tela. Nós somos a primeira polícia do Brasil a ter uma loja, uma store, você entra na Internet e “compra”, entre aspas, o nosso produto. Ali dentro nós temos a Rede Rural, a Rede de Vizinhos, Rede Catarina, o Proerd, nós temos a Denúncia, SOS Desaparecidos e para as senhoras vítimas de violência temos o Botão do Pânico. Para nossa surpresa, quando nós saímos pelo Estado a divulgar isso aqui, ninguém sabe. São Paulo sofre a mesma coisa, Deputado, estivemos em São Paulo e o Comandante disse: somos quase cinquenta milhões e só tem cem mil cadastrados. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

Então nós queremos pedir que a Assembleia Legislativa, com todo esse poder de mídia que tem, nos ajude a divulgar. Nós vamos colocar, Deputado, no para-brisa traseiro das nossas viaturas esse endereço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Não existe um vídeo explicativo, assim como tem um daquele?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Tem. Ali dentro mesmo tem um leia-me, acessa ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Porque poderíamos usar isso nas redes sociais.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Perfeito, para fazer a propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Isso.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Podemos desenvolver, verdade. É uma excelente sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Porque aí pessoa (ininteligível) à praticidade.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – E aqui, senhoras e senhores, é o futuro do 190, certo (aponta para a imagem)? O que vemos de estrutura, de telefone, isso vai acabar, inclusive em uma emergência o cidadão aperta o botão de emergência e já entra na prioridade de atendimento. E aqui a auditoria é muito mais rigorosa também, Deputado Sargento Lima, por vezes a pessoa liga para o Copom e nós não sabemos, não temos controle, e aqui não, aqui fica registrado; quando algum batalhão não responde essa ocorrência que está aqui, o Comandante tem que se explicar: ei, você tem uma ocorrência represada, falta efetivo, viatura... Alguma explicação ele vai ter que ter. Não pode ficar sem atendimento aqui. E para a nossa surpresa, a Rede Rural as pessoas não conhecem, não sabem disso.

Senhores, tentei ser o mais breve possível para otimizar o tempo aqui, e se tiverem interesse, os Deputados normalmente nos visitam lá no quartel, podemos ficar uma hora, duas horas falando a respeito disso.

Quero fazer uma provocação, Deputado. Estamos falando de uma Assembleia moderna, que é a de Santa Catarina, a primeira Comissão de Polícia, historicamente, nesta Alesc eu já disse o nome, era Comissão de Polícia – o neto do nosso primeiro Comandante-Geral se chamava Joaquim Antônio São Tiago, e presidiu a primeira Comissão de Polícia. Quando encontramos com esse nome em uma Comissão de Segurança Pública, senhores Deputados, fazemos essa provocação, ordem pública. Ordem pública é ampla, ordem pública nós avançamos.

A nossa operação mais antiga da história, senhores Deputados, tirando a Guerra do Paraguai, a do Contestado e a Farroupilha, não é de segurança pública. Nós passamos de três anos de uma operação de saúde, insalubridade pública, que é a Covid. Quem foi lá naquele bairrozinho pobre, sem plano de saúde, sem ambulância, uma viatura policial e o nosso policial se contaminou e morreu de Covid, inclusive.

Então, quando vamos para o Proerd em sala para dar aula, o que a Polícia Militar está fazendo lá na educação? Ordem pública. Quando a nossa aviação apresentou agora uns números, 80% das nossas ocorrências de aviação são socorro, acidente e transporte de órgãos, 20% somente são crimes, segurança e polícia. Por isso que pedimos ajuda financeira para a Secretaria da Educação e da Saúde, porque nós atendemos as pessoas no pior momento, quando ela está... Senhores e senhoras, sem apelação nenhuma, por vezes o nosso policial é a última mão que segura uma pessoa que está perdendo a vida, não é família, não, é o nosso policial, e esse é um conceito amplo de ordem pública.

Senhores Deputados, obrigado, desculpe se eu me alonguei, mas eu falaria o dia todo se me deixassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Foi muito boa a explicação.

Em nome da Comissão, como Presidente da “Comissão da Ordem Pública” de Santa Catarina, nós te agradecemos muito pelas explicações. Eu, particularmente, sou um entusiasta da Polícia Militar de Santa Catarina e fico muito feliz de ver esse trabalho prestado aos nossos cidadãos.

Abro a palavra para os colegas que queiram fazer alguma pergunta ou fazer alguma ponderação.

Passo a palavra para o Deputado Estadual Matheus Cadorin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Comandante, primeiro eu tenho que parabenizar a Polícia Militar de Santa Catarina por manter o nível do Estado de Santa Catarina também na ordem Pública. Nós vemos aqui conceitos internacionais e é assim mesmo que precisamos nos entender, como um Estado de vanguarda, sempre pensando à frente e trazendo o que há de melhor para o catarinense.

Especificamente sobre a questão do aplicativo, muito tem se falado nesse grupo que é o Comseg, de segurança das escolas, e uma das sugestões é o botão do pânico. O botão do pânico é um artifício físico, mas vendo aqui o aplicativo, seria muito mais simples, já como sugestão, ter disponibilizado o das escolas também, porque ele serve para a violência doméstica, mas tendo ele para as escolas... E aí uma provocação aqui de obrigatoriedade dos professores baixarem esse aplicativo, até para aumentar esses números, porque são importantes. E não somente os professores, mas os alunos serem incentivados também. Mas que esse seja um artifício, caso ocorra uma situação como a das escolas, para que todos os professores possam acionar também esse botão, aí já facilita, porque você colocar mais um ícone dentro do aplicativo é mais simples do que você instalar um botão do pânico nas escolas. Claro que nas escolas ele também tem a questão da sirene e tudo mais, mas essa seria uma solução muito mais rápida de ser aplicada, quase que de imediato.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Deputado, bem rápido. Nós já estamos com a nossa equipe... temos um Centro de Inovação na Polícia Militar, que se chama Inova, que já está fazendo uma adaptação do botão do pânico, é para violência doméstica e para as escolas. O que estamos questionando é o seguinte: vamos distribuir para todos? Vai ser uma loucura, porque pode ter muito trote. Talvez identifiquemos pessoas na escola que possam ter esse botão.

Outra evolução, Deputado, em cima do que o senhor está falando, é que existe uma possibilidade de no momento que o botão do pânico é acionado para a Polícia Militar, todos os professores e servidores recebam também um aviso, ou seja, aquela sala que está lá no canto vai se trancar, vai fazer uma barricada e esperar até a polícia chegar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Perfeito.

O trote se anula quando você precisa se registrar no aplicativo.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Exatamente. Aqui ajuda bastante também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Se eu clicar, ficamos sabendo de qual celular partiu.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MATHEUS CADORIN – Pode ter sido um acidente, mas... De qualquer maneira, fica a sugestão e como o senhor disse, já está sendo pensado.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Perfeito.

Aproveitando a fala do assunto anterior, o Rio Grande do Sul criou uma lei... Há um tempo os bancos falavam: dá uma apertadinha no botão do alarme para a Polícia Militar fazer uma ronda aqui. Aí publicaram uma lei lá e os bancos são multados, hoje é cumulativo. Um alarme desses disparado sem haver ocorrência, é uma guarnição ao policial deslocando em alta velocidade, que pode matar policiais, pode provocar acidentes, pessoas em risco, para chegar lá e falarem: não, foi o pessoal da limpeza que esbarrou no botão. O Rio Grande do Sul colocou a inteligência para fazer o levantamento e percebeu que era isso, ou seja, de vez em quando apertavam o botão para a polícia dar uma volta por ali. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]* (Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Professor, diretor, é uma evolução nesse segundo nível que o senhor está falando. Agora é conscientização geral e entrando com a tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra para o Deputado Pepê Collaço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEPÊ COLLAÇO – Esse treinamento que tem ali, fugir...

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Esconder ou Lutar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEPÊ COLLAÇO – Esconder ou Lutar. Ele já está sendo feito através dos Consegs? Já tem um plano da Polícia Militar para fazer esse treinamento nas escolas?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Não, nós ajustamos isso com a Secretaria da Educação e as coordenações regionais. Nós estamos trabalhando dentro das escolas e num segundo momento é partir para outros locais. Nós tivemos em São Paulo um ataque em um hospital. Então, concentração de pessoas, igrejas, independente de credo religioso, nós queremos chegar lá também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEPÊ COLLAÇO – Mas a ideia é chegar em todas as escolas de Santa Catarina com esse treinamento. Vai partir da Polícia Militar ou o Estado vai contratar uma equipe que possa fazer esse treinamento?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Não, nós já estamos fazendo, Deputado, desde Blumenau. Eu vi o número atualizado, já são 68 mil, salvo engano, mais de 60 mil professores e servidores já treinados e alunos também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PEPÊ COLLAÇO – Particulares também?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Nós vamos nas escolas particulares também. Queremos atingir 100% da rede de ensino. O dia que encontrar algum professor ou um servidor e perguntar se já teve o protocolo FEL, “Fugir, Esconder ou Lutar” da PM? Já, já tive. Entendemos que esse é o maior processo educativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Coronel, que alegria.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Iguamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Você foi meu instrutor e eu me sinto muito confortável hoje, um dia de muita felicidade para mim, porque quando eu falei a primeira vez aqui sobre muros, não fui muito bem aceito quando eu falei que se tratava de uma ignorância construir muros, que tinha que ter a visibilidade de toda a área de atuação para a viatura, no seu policiamento ostensivo, pudesse enxergar lá dentro. Sério, na primeira vez aqui eu falei, com respeito, óbvio que eu não vou me meter no trabalho de outra pessoa, mas com os dois pés, e eu falei: gente, muro não deveria existir mais, principalmente em prédio público. O sistema de alarme de incêndio de uma escola deve ser utilizado em uma situação dessa. Quando eu falei isso disseram: não, meu Deus!

Quando falei a primeira vez aqui dentro em “Fugir, Esconder ou Lutar”, que é o FEL, disseram: mas o quê, ensinar professor a fugir? Quando se mostra uma reação de uma arma de fogo, vou falar para vocês, a senhora hoje, se alguém entrar aqui e atentar contra a sua vida, eu tenho capacidade de levantar agora e salvar a sua vida e neutralizar alguém que tenta tirar injustamente a sua vida. Talvez as coisas ruins aconteçam para que possamos evoluir, para que possamos crescer, sabemos que existe, sim, um caminho de tecnicidade, um caminho que você consegue comprovar que aquela técnica funciona, porque ela já foi aplicada em outros países.

Hoje é um dia de muita felicidade para mim, ver a maneira como as pessoas olharam para esse vídeo aqui e falarem assim: puxa vida, precisou que alguém que estivesse realmente armado ali, se levantasse dentro da igreja, e em cinco segundos evitasse uma tragédia que poderia ser enorme. Em um carregador, ele poderia em uma situação mínima, ceifar mais onze vidas ali dentro, tranquilamente, dependendo da arma que ele estivesse portando. E não, precisou de um homem armado lá dentro para cessar a agressão dele. Nós estamos repetindo isso.

Nós vemos que quando se fala da segurança de um banco, da segurança de um dignitário, aí é drone, é fuzil, é treinamento, é Mossad, é o Krav Magá, fala-se de tudo isso, e quando se fala do cidadão comum, que não tem diferença nenhuma entre a vida dessa pessoa e a do cidadão comum, e a criança lá na escola, nenhuma é superior a outra em valor, nem para o homem e nem para Deus, aí se discute se podemos andar armado ou não, se o cidadão pode acessar sua arma de fogo ou não pode. Já pararam para pensar nisso? Uma se combate, sim, como eu disse, com drone, com fuzil, com técnicas, com treinamento, com servidores públicos pagos para isso, e outra tentamos resolver com reuniões, reuniões de quem o maior contato que já teve com segurança pública na vida foi passar na frente de um quartel, nunca colocou o pé dentro de um quartel, nunca entrou em uma delegacia.

Então hoje estou muito feliz, porque a primeira vez que eu falei de FEL aqui dentro desta Casa, eu fui tratado como o demônio por esses corredores. Fugir? Mas não deveria ter um cara armado, deveria ter um muro, deveria ter... Oh, cara-pálida, calma, o mundo inteiro faz isso, e detalhe, há trinta anos, não começou ontem. Se você assistir qualquer filme hollywoodiano, tem um filme do Arnold Schwarzenegger, Um Tira no Jardim da Infância, você vai ver o que é o treinamento do tira no jardim da infância, ele coloca as crianças de 5 anos, 6 anos ali para poder sair, é um treino, isso é comum nos outros países. Então, essa vontade de permanecer dentro da caverna que nós temos aqui no Brasil, precisa ser arrefecida de alguma forma e deixar a luz da razão brilhar durante todo o tempo. Ninguém está falando de violência, estamos falando de tecnologia, de inovação, de crescimento. Quero parabenizar vossa excelência, Comandante, sempre fui um admirador do trabalho do senhor, sempre fui e sempre serei, apesar de sempre ter contado minhas barras erradas (risos), contava o onze dez vezes, não passava do onze.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Não passava do onze. (Risos.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Brincadeiras à parte, estou feliz em ver um irmão meu que ostenta esse (ininteligível) com tanto valor para Santa Catarina, excelente escolha do nosso Governador, está o homem certo no lugar certo. Presidente, parabéns por ter feito o convite e trazer aqui o Coronel Pelozato. É uma alegria estar entre irmãos durante todo o tempo. Obrigado. *[Transcrição: Rafael José de Souza]*

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Deputado Sargento Lima, eu sou filho de soldado, o Deputado sabe e quem me conhece sabe, meu pai foi policial trinta anos, graças a Deus está vivo ainda, e é uma grande honra poder, num pequeno momento da carreira, ter passado alguma instrução lá. O Deputado Sargento Lima está há muito tempo no norte, em Joinville, e conhece muito de atividade operacional, é preparado, era um dos melhores policiais que nós tínhamos na região. Então, é uma grande honra.

Ele brincou ali porque eu fazia a avaliação física dos policiais e de vez em quando travava na barra (risos).

Mas, como nós falamos, é um processo educativo e está muito enraizado. O que o Deputado Jessé falou aqui, da nossa PMSC, de fazer um vídeo, se buscar na Internet vai ver em restaurantes, e eles tornam público isso. Um recente que eu vi, as pessoas estavam num restaurante, ouviram um disparo, olharam e sabiam o que fazer. E é Psicologia, nós falamos de “Fugir, Esconder ou Lutar”, sim. Tem o efeito congelamento, congela, mas tem que ter uma reação, porque senão vai perder a vida ou se machucar congelado. Então, é o momento e, de novo, Deputado e todos os senhores e todas as senhoras, a nossa grande aposta é nesse processo educativo. Se esperar que só essa farda caqui resolva... É interagir, precisa de parcerias e aqui está um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Mais uma vez agradecemos a sua participação, Comandante. Foi excelente a sua explicação, a sua explanação, para entendermos um pouquinho mais sobre o trabalho da Polícia Militar, não só nós, da Comissão, mas também quem está acompanhando pela TVAL.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA – Desculpa, se me permite, só para fechar, senhoras e senhores.

Eu completei 35 anos de serviço e nunca vi um momento no País em que há tanta restrição no campo da segurança pública. Por isso, Deputado, a insistência da ordem pública.

Senhoras e senhores, a Polícia Militar de Santa Catarina já abordou pessoas pelo chamado comportamento incivilizado. Já abordamos pessoas por atitude suspeita. Hoje, quem foge da polícia é autodefesa, dizem alguns. Nós abordamos por fundada suspeita. Fundada suspeita é quando nós não temos dúvidas de que ali tem um criminoso e que vai cometer um crime, mas nós estamos cada vez mais restritos a essa atuação no campo da segurança pública e já, já vamos poder abordar só num flagrante delito – e em flagrante delito já pode ter alguém ferido ou morto – ou com mandado de prisão.

Nós estamos buscando recursos, então, senhores Deputados. E esses recursos se apresentam no campo da ordem pública, certo? E como nós vamos atuar, e o exemplo está acontecendo agora, ou seja, está sendo votada a liberação da maconha. A discussão já não é só se vai ser só maconha, ou se vai ser cocaína e ecstasy, e vai ser. E nós já estamos pensando como vamos trabalhar em relação a isso. Nós encontramos o campo da saúde pública para poder trabalhar isso. É o que aconteceu com o fumo. Aqui dentro ninguém fuma, não né? Não pode. Mas pode cheirar cocaína nesta mesa aqui? Então, como nós vamos trabalhar isso, Deputado, se a segurança pública está cada vez mais restrita? É na saúde pública. É o hospital que vai superlotar pelo efeito psicotrópico da droga no motorista e nós vamos, por analogia, seguir aquela legislação lá no futuro. Pode fumar aqui dentro? Pode fumar no avião? Alguém se arrisca a fumar no avião?

Então, vai ser no âmbito municipal, com leis municipais, ou no âmbito estadual que nós vamos controlar isso. O hospital talvez fique cheio de acidentados em decorrência dos efeitos psíquicos, psicotrópicos de uma droga.

Muito obrigado, senhoras e senhores, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Desde que começamos essa discussão com relação a esse fato lamentável que aconteceu nas creches, nós temos falado muito que um dos principais problemas da nossa violência é a própria Justiça ou as próprias leis que facilitam a vida de quem comete crimes. É lamentável isso que aconteceu, do Tribunal Superior acabar soltando um cara ligado ao PCC, com 2 quilos de drogas, porque a polícia não pode abordá-lo pelo simples fato dele estar nervoso, ansioso e, aí, então soltou o cara. É lamentável a polícia ter que, de fato, enxugar gelo e ainda, muitas vezes, leva a culpa pela falta de segurança pública daquele ambiente, mas muito por conta das pessoas que são soltas e deveriam estar presas.

Esse é um compromisso nosso, de Parlamentar. Sabemos que foge da nossa competência legislar sobre essas questões, mas nós temos força para repudiar, falar, mencionar e debater sobre esses assuntos que refletem diretamente na segurança, na ordem pública do nosso Estado. E nós sabemos o quanto isso tem sido dificultoso para a polícia, para conseguir fazer as suas ações e de forma efetiva prender o vagabundo e manter esse vagabundo preso, ainda sendo criticada pelas suas ações, muitas vezes por pessoas irresponsáveis que, como disse o Sargento Lima, não têm a mínima noção de segurança pública, mas quer o fim da Polícia Militar. São pessoas irresponsáveis, que não têm a mínima condição de debater qualquer coisa sobre segurança pública. Aqui, um vídeo rapidamente mostrou a eficiência de uma arma na mão de um cidadão de bem, com boas intenções. Nós fazemos um Comseg para tentar levar a palavra às pessoas, levar a Assembleia Legislativa para mais próximo das pessoas, e só o que nós ouvimos são pessoas criticando a polícia, falando mal da polícia e da arma na escola, nada produtivo. Eu fui em um [Comseg] e não consigo mais ir nos outros, não tem condições.

Está aqui o exemplo de quem pode falar de segurança pública, que é a Polícia Militar, que é quem está na ponta, quem atende as ocorrências, até as mais improváveis sobre o que pode acontecer quando a polícia chega. Às vezes uma simples abordagem de uma briga de casal acaba se tornando uma tragédia e muitas vezes o policial tem que responder por situações que fogem do controle, às vezes tendo que pagar advogado para ficar se defendendo do Ministério Público, de pessoas acusando de forma covarde o policial. Então, contem conosco. A Comissão aqui, majoritariamente, apoia a Polícia Militar e no que pudermos fazer para colaborar e ajudar com a segurança e com os trabalhos da Polícia Militar, nós estaremos sempre à disposição.

Não havendo mais assunto a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Revisão e Leitura Final: Siomara G. Videira*] Na mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Carlos Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, que secretariou a reunião, lavrou a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado **Jessé Lopes**

Presidente

Processo SEI 23.0.000036749-4

———— * * * ————

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 22 de agosto de 2023, às 13h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jessé Lopes, com a vice-presidência assumida pelo Deputado Napoleão Bernardes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin, Deputado Sargento Lima e Deputado Tiago Zilli, com a justificativa de ausência da Deputada Luciane Carminatti, conforme Ofício 603/2023, e também do Deputado Pepe Collaço, com o ofício 0920240/2023. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a 6ª Reunião Ordinária, relatando pela aprovação com emendas o PL./0047/2020, de autoria da senhora Deputada Paulinha, que Dispõe sobre a atividade e o credenciamento de novos médicos e psicólogos para a realização dos Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica, legalmente exigidos e relativos à Carteira Nacional de Habilitação no Estado de Santa Catarina, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade com emendas aditivas e modificativas. Na sequência o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Deputado Sargento Lima, que passou a relatar pela aprovação o PL./0027/2023, de autoria do senhor Deputado Carlos Humberto, que Altera a Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Logo após, colocou a palavra livre aos senhores Deputados e como não havia mais nada a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião. E, para constar, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 2023.

Deputado **Jessé Lopes**

Presidente

Processo SEI 23.0.000036754-0

———— * * * ————

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 23 de agosto de 2023, às 08h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Altair Silva e Vice-Presidência do Senhor Deputado Massocco, com a presença dos demais membros da comissão: Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Neodi Saretta, Deputado Oscar Gutz e Deputado Volnei Weber. Justificada a ausência do Deputado Camilo Martins, conforme OFÍCIO INTERNO Nº 0921273/2023/GAB-DEP-CAMILO MARTINS. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural, cumprimentando os presentes e dando início à Ordem do Dia: RCC/123/2023 – Requerimento, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, para aprovação desta Comissão de Agricultura e Política Rural, a ser realizada em data oportuna, no Município de Florianópolis, nas dependências desta Assembleia Legislativa (Sala das Comissões), com convidados os membros da CIDASC, EPAGRI, MAPA e Secretaria da Agricultura (técnicos a serem designados pelos órgãos) para discutir e esclarecimentos das questões relativas à recente Portaria DO MAPA Nº 840/2023, a qual aborda o vazio sanitário da soja e o calendário de plantio no estado de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/151/2023 – Requerimento, de autoria do Deputado Oscar Gutz, para aprovação desta Comissão de Agricultura e Política Rural, a ser realizada em data a definir, na cidade de Braço do Norte/SC, objetivando discutir a situação dos produtores de leite no estado de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/152/2023 – Requerimento, de autoria do Deputado Oscar Gutz, para aprovação desta Comissão de Agricultura e Política Rural, a ser realizada em data a definir, na cidade de Presidente Getúlio/SC, objetivando discutir a situação dos produtores de leite no estado de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e RCC/0163/2023 - Requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, requer ouvidos os demais membros deste Colegiado, a realização de uma Audiência Pública, em data e local oportuno, para debater a situação normativa que suspende todos os torneios de canto e exposições de pássaros, assim como a participação de aves em exposições agropecuárias, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adriano Rotta, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 23 de agosto de 2023.

Deputado **Altair Silva**

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Processo SEI 23.0.000036709-5

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO**OFÍCIO****OFÍCIO Nº 172/2023**

OFÍCIO Nº 0939054/2023/DL-BO

Florianópolis, 05 de setembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta Casa

Assunto: Novo Coordenador da Bancada do Oeste

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício Interno nº 359/2023/CGP, dessa Presidência, informo que a reunião para Instalação da Bancada do Oeste ocorreu na data de 30 de agosto de 2023.

Na ocasião, após deliberação colegiada, ficou acordado que deixo de exercer a função de Coordenador Provisório para atuar como Coordenador da Bancada do Oeste, tendo sido designada para a função de Coordenadora Adjunta a Deputada Luciane Carminatti.

Em conformidade com o que determina o ofício em epígrafe, deliberou-se também pela definição da data para a escolha do novo Coordenador, que dar-se-á anualmente, sempre na última terça-feira do mês de fevereiro.

Assim, em razão da continuidade de minhas atribuições, permaneço na nobre missão até 27 de fevereiro de 2024.

Respeitosamente,

Deputado **Marcos Vieira**
Coordenador da Bancada do Oeste

Lido no Expediente

Sessão de 05/09/2023

Processo SEI 23.0.000036696-0

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 196/2020

Dispõe sobre a proibição dos estabelecimentos comerciais fixarem valor mínimo de compra como condição para o pagamento de despesas com cartão de crédito e débito no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica vedado aos estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo na aquisição de bens e serviços como condição para o pagamento com cartão de crédito e débito no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções previstas nos arts. 56 a 60 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), através da Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de Santa Catarina (PROCON-SC) e demais órgãos de fiscalização inerentes.

Parágrafo único. A pena de multa resultante de infração a esta Lei será revertida para o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), nos termos do art. 282, inciso IV, da Lei Complementar nº 783, de 23 de janeiro de 2019.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

— * * * —

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0289/2023

Concede o Título de Cidadã Catarinense a Luciane Bisognin Ceretta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Catarinense a Luciane Bisognin Ceretta.

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 16.721, de 8 de outubro de 2015, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 31 de agosto de 2023.

Deputado **Camilo Martins**
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 16.721, de 8 de outubro de 2015)

"ANEXO ÚNICO

TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE	LEI ORIGINÁRIA Nº
.....
Luciane Bisognin Ceretta	
.....

”(NR)

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 908, de 31 de agosto de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR no Ato da Mesa nº 162, de 18 de maio de 2020, o servidor **SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**, matrícula nº 12085, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Republicado por incorreção

Processo SEI 23.0.000035946-7

* * *

ATO DA MESA Nº 937, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e artigo 21 da Resolução 002, de 2006, tendo em vista o que consta da determinação em recurso cível nº 0315800-58.2015.8.24.0023,

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar a servidora **LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS**, matrícula nº 1917, ocupante do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível PL/ASI-62, referente ao ano de 2012.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000032967-3

* * *

ATO DA MESA Nº 938, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e artigo 21 da Resolução 002, de 2006, tendo em vista o que consta da determinação em recurso cível nº 0315800-58.2015.8.24.0023,

RESOLVE:

Art. 1º **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa nº 730, de 26 de novembro de 2013, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-62”;

LEIA-SE: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-63”.

Art. 2° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 738, de 29 de outubro de 2014, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-63”;

LEIA-SE: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-64”.

Art. 3° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 629, de 9 de outubro de 2015, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-64”;

LEIA-SE: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-65”.

Art. 4° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 570, de 5 de outubro de 2016, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-65”;

LEIA-SE: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-66”.

Art. 5° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 507, de 5 de outubro de 2017, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-66”;

LEIA-SE: “Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo II PL/ASI-67”.

Art. 6° Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000032967-3

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 939, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e artigo 21 da Resolução 002, de 2006, tendo em vista o que consta da determinação em recurso cível n° 0315800-58.2015.8.24.0023,

RESOLVE:

Art. 1° **RETIFICAR** o anexo IV do Ato da Mesa n° 234, de 27 de junho de 2018, que posicionou os servidores ativos de cargos efetivos da ALESC, nos termos da Lei Complementar n° 719, de 20 de abril de 2018:

ONDE SE LÊ: "

1917	Liciamara Faria Laus Campos	PL/ASI-66	PL/ASI-16
------	-----------------------------	-----------	-----------

LEIA-SE: "

1917	Liciamara Faria Laus Campos	PL/ASI-67	PL/ASI-17
------	-----------------------------	-----------	-----------

Art. 2° Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000032967-3

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 940, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e artigo 21 da Resolução 002, de 2006, tendo em vista o que consta da determinação em recurso cível n° 0315800-58.2015.8.24.0023,

RESOLVE:

Art. 1° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 341, de 7 de novembro de 2018, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “*Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo PL/ASI-17*”;

LEIA-SE: “*Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo PL/ASI-18*”.

Art. 2° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 532, de 9 de outubro de 2019, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “*Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo PL/ASI-18*”;

LEIA-SE: “*Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo PL/ASI-19*”.

Art. 3° **RETIFICAR** o Anexo único do Ato da Mesa n° 289, de 1° de outubro de 2020, que posicionou os servidores do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo,

ONDE SE LÊ: “*Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo PL/ASI-19*”;

LEIA-SE: “*Liciamara Faria Laus Campos, matrícula n° 1917, Consultor Legislativo PL/ASI-20*”.

Art. 4° Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000032967-3

_____ * * * _____

ATO DA MESA N° 941, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e artigo 21 da Resolução 002, de 2006, tendo em vista o que consta da determinação em recurso cível n° 0315800-58.2015.8.24.0023,

RESOLVE:

Art. 1° **RETIFICAR** o Ato da Mesa n° 015, de 03 de fevereiro de 2021, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição, à servidora **LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS**, matrícula n° 1917.

ONDE SE LÊ: “ ... no cargo de Consultor Legislativo, habilitação Nível Superior/Advogado, código PL/ASI-19, ...”.

LEIA-SE: “ ... no cargo de Consultor Legislativo, habilitação Nível Superior/Advogado, código PL/ASI-20, ...”.

Art. 2° Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000032967-3

_____ * * * _____

ATO DA MESA N° 942, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no Artigo 8° da Lei Complementar n° 794, de 05 de janeiro de 2022 e Capítulo IV do Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022.*

POSICIONAR o servidor **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI**, matrícula n° 1552, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, grupo de atividades de nível médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-21, a contar de 27 de agosto de 2023.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 22.0.000027790-1

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 943, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no Artigo 8° da Lei Complementar n° 794, de 05 de janeiro de 2022 e Capítulo IV do Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022.*

POSICIONAR a servidora **CAROLINE CRISTINA CARDOSO RAMOS**, matrícula n° 7175, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, grupo de atividades de nível médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-07, a contar de 25 de agosto de 2023.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000033573-8

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 944, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no Artigo 8° da Lei Complementar n° 794, de 05 de janeiro de 2022 e Capítulo IV do Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022.*

POSICIONAR o servidor **EDUARDO ROCHA**, matrícula n° 1507, ocupante do cargo de Analista Legislativo III, grupo de atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-22, a contar de 29 de junho de 2023.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000026583-7

————— * * * —————

ATO DA MESA N° 945, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no Artigo 8° da Lei Complementar n° 794, de 05 de janeiro de 2022 e Capítulo IV do Ato da Mesa n° 326, de 19 de agosto de 2022.*

POSICIONAR o servidor **LUIZ LEONIDAS LOPES**, matrícula nº 1413, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, grupo de atividades de nível médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-24, a contar de 8 de agosto de 2023.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000029339-3

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 946, de 6 de setembro de 2023

Revoga o art. 6º do Ato da Mesa nº 279, de 2022, que “Dispõe sobre os critérios para a composição de Comissão Legal”.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, conforme dispõe o parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o art. 6º do Ato da Mesa nº 279, de 30 de junho de 2022.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000036747-8

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 947, de 6 de setembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

INCLUIR no Ato da Mesa nº 483, de 20 de outubro de 2022, a servidora **NICOLI MADEIRA**, matrícula nº 7227, a contar de 1º de setembro de 2023.

Deputado **MAURÍCIO ESKUDLARK** - Presidente, em exercício

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Pe. Pedro Baldissera** - Secretário

Processo SEI 23.0.000036968-3

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2270, de 6 de setembro de 2023

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR ZONEI BRESSAN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa-Relatório, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MAURICIO PEIXER – TUBARÃO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000036917-9

———— * * * ————

PORTARIA N° 2273, de 6 de setembro de 2023

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3°, IV, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução n° 967, de 11 de dezembro de 2002,

Art. 1° **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão n° 025/2023.

Matr	Nome do Servidor	Função
6306	GUSTAVO DZIS GIACOMINI	Pregoeiro
7173	CAROLINA SCHROEDER VIEIRA FERNANDES	Pregoeiro substituto
3709	ADRIANO LUIZ DE CAMPOS	Equipe de Apoio
6339	ALLAN DE SOUZA	
11290	GABRIELA DACOL MOLIN	
6305	RODRIGO MACHADO CARDOSO	
10487	JOELCIO DE OLIVEIRA	

Art. 2° Tornar sem efeito a Portaria n° 2198, de 24 de agosto de 2023.

Alexandre Lencina Fagundes

Diretor-Geral

Processo SEI 23.0.000010780-8

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, n° 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2023 - 1ª Republicação

N° DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 1017935

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC - DDD) fixo-fixo e fixo-móvel, por meio de Enlace Digital E1, hoje com uma estrutura de 500 (quinhentos) ramais (passíveis de ampliação em caso de necessidade da ALESC), nas modalidades local e longa distância nacional, bem como Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC - DDI) com ligações para as Américas e o Resto do Mundo, e linhas fixas não residenciais a ser executado de forma contínua, sob demanda futura e eventual, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 21/09/2023 - HORA: 13:45h

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil (site www.licitacoes-e.com.br, licitação n° 1017935) até o dia 21 de setembro de 2023 às 13:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos n° 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Oberdan Francisco Ferrari
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 22.0.000010641-4

EXTRATOS**EXTRATO N° 483/2023**

REFERENTE: Distrato do Contrato CL N° 026/2023 celebrado em 04/09/2023.

LOCATÁRIA: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

LOCADOR: Anexo X Cowrking Ltda

CNPJ: 47.164.476/0001-21

OBJETO: O presente termo tem por finalidade operar a rescisão do Contrato CL n° 026/2023, que tem por objeto a locação de uma sala comercial no imóvel localizado na Rua Araranguá, bairro América, Joinville/SC, CEP: 89204-310 área de 10m², registrado na Prefeitura no Município de Joinville na inscrição imobiliária n° 13.20.33.77.0556.0000 por solicitação do Deputado Matheus Andreis Cadorin.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso II, c/c §1º, da Lei n° 8.666/93; Lei 8.245/1991 e art. 472 do Código Civil; Itens 4.5 e 4.6 do Contrato Original; Atos da Mesa n° 149/2020 e 195/2020; Autorização Administrativa através do Despacho exarado pela Diretoria-geral (0887682), constante no processo SEI n° 23.0.000030819-6.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes - Diretor-Geral

Vitor Luiz Soares Bartelega – Diretor Administrativo

Matheus Andreis Cadorin - Anuente Coobrigado

Rute Pogan - Sócia Administradora - Anexo X Cowrking Ltda



Processo SEI 23.0.000030819-6

EXTRATO N° 491/2023

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL n° 408/2021 celebrado em 05/09/2023, cujo objeto é a contratação de agência de viagens para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens terrestres nacionais e aéreas nacionais e internacionais.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Poder Agência de Viagens Ltda

CNPJ: 27.779.566/0001-10

OBJETO: Conceder acréscimo de 25% nos valores previstos na Cláusula 3.1.1 do Contrato, de tal modo que o valor global passa de R\$2.374.995,52 (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para R\$2.968.730,24 (dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

VALOR GLOBAL: Passa de R\$2.374.995,52 (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para R\$2.968.730,24 (dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos);

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar a partir da data da sua assinatura, com efeitos a contar de 14/08/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "b", §1º todos da Lei n° 8.666/93; Cláusula Terceira, item "3.8" e "3.9" do Contrato Original; Atos da Mesa n° 149/2020 e n° 195/2020; Autorização Administrativa através do despacho exarado pela Diretoria Geral (0806620), nos autos do processo que tramita no SEI sob o n° 23.0.000022121-0.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes - Diretor-Geral

Martin Luiz Temp – Diretor Financeiro

Carlos Henrique da Costa Soares - Representante Legal da empresa



Processo SEI 23.0.000033223-2



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia